

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2022.00004882-2

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Diego Roberto Barbiero; e o **MUNICÍPIO DE GUATAMBU**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Luiz Clóvis Dal Piva, nos autos do Procedimento Preparatório n. 06.2022.00004882-2, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual 738/2019, e ainda e diante das seguintes premissas fáticas e jurídicas:

1. Após diligências realizadas pelo Ministério Público, foi identificado que há pelo menos 5 anos não é deflagrado processo licitatório no Município de Guatambu que tenha por objeto a concessão de serviços funerários. De igual forma, não houve a edição de decretos municipais ou o encaminhamento que projeto de lei que tratassem a respeito do referido tema;
2. O Município solicitou, todavia, o prazo de até 120 dias para *"aprovação de legislação municipal de regulamentação da concessão dos serviços públicos funerários, considerando o recesso legislativo"* e o prazo de até 150 dias para deflagrar processo licitatório sobre o assunto¹;
3. A Lei Orgânica Guatambu atribui ao próprio Município a competência para *"dispor sobre os serviços funerários, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização dos cemitérios particulares, permitindo o direito de livre escolha desses serviços pelos usuários"* (art. 10, inciso IX);
4. Em reunião realizada com o Prefeito Municipal, Luiz Clóvis Dal Piva, e com o Assessor Jurídico, Lucas Cardoso Teles, viu-se a necessidade de que o Chefe do Poder Executivo Municipal proponha Projeto de Lei Complementar para regulamentar a autorização de serviços funerários no âmbito municipal.

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo

¹ Conforme Ofício n. 279/2022 (fl. 10).

estabelecer a necessidade de o Poder Executivo de Guatambu, por meio de seu Prefeito Municipal, propor Projeto de Lei Complementar a fim de regulamentar a autorização de serviços funerários no âmbito do Município.

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO:

Cláusula 2ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a enviar à Câmara Municipal de Vereadores, até 8 de junho de 2023, Projeto de Lei Complementar que regulamente como se dará a autorização de serviços funerários no Município de Guatambu.

Parágrafo primeiro: Referido projeto deverá conter a descrição do que compreende a atividade de serviço funerário, além dos requisitos para que seja concedida a autorização para exploração da atividade.

Parágrafo segundo: O Projeto de Lei não poderá limitar o número de funerárias na área territorial do Município, sob pena de violar o disposto no art. 135, § 4º da Constituição do Estado de Santa Catarina, que prevê a estimulação da livre iniciativa e livre concorrência e reprime os abusos do poder econômico².

Parágrafo terceiro: Preenchidos os requisitos legais, fica vedado ao Município negar a solicitação de eventuais interessados sob o pretexto de conveniência e oportunidade.

Cláusula 3ª: O COMPROMISSÁRIO enviará, oportunamente, os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações assumidas ao e-mail da 10ª Promotoria de Justiça fazendo referência ao número do Procedimento Administrativo que será instaurado para fiscalização do cumprimento da obrigação.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 4ª: No caso de descumprimento da obrigação assumida, estará o COMPROMISSÁRIO Município de Guatambu sujeito à multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo valor será recolhido mediante pagamento de boleto bancário e será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85 e na Lei Estadual n. 15.694/11, e regulamentado pelo Decreto n. 808/12, do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: O descumprimento das obrigações resultará, se for o caso, no desarquivamento do Procedimento Preparatório e no ajuizamento da ação que se mostrar pertinente, além da possibilidade de execução do título extrajudicial.

² "Art. 135. O Estado só intervirá na exploração direta da atividade econômica por motivo de interesse público, expressamente definido em lei. [...] § 4º A lei estimulará a livre iniciativa e a livre concorrência, reprimindo os abusos do poder econômico".

4 DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula 5ª: A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em Procedimento Administrativo próprio.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Cláusula 6ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 7ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 8ª: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

Cláusula 9: O presente compromisso entrará em presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Cláusula 10: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 7 de fevereiro de 2023.

DIEGO ROBERTO BARBIERO
Promotor de Justiça

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal de Guatambu

Testemunhas:

JULIANDERSON PANEGALLI
Assistente de Promotoria

LUCAS CARDOSO TELES
Assessor Jurídico do Município de Guatambu